

## Dossiê: “Entre drogas e medicamentos: a Cannabis na discussão entre saúde e segurança pública”

### Entre saúde e segurança pública: disputas na regulação legislativa da Cannabis/maconha no Brasil (1988–2024)

Daniela Leandro Rezende

Universidade Federal de Ouro Preto

[daniela.rezende@ufop.edu.br](mailto:daniela.rezende@ufop.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0003-0461-7940>

#### RESUMO

O artigo analisa a produção legislativa sobre maconha/Cannabis na Câmara dos Deputados brasileira, com o objetivo de verificar os argumentos que fundamentam os projetos de lei sobre a planta. Foi realizado um censo das proposições, considerando o período entre 1988 e 2024 e uma análise do conteúdo de proposições selecionadas. Foram categorizados os diferentes argumentos utilizados por legisladores para justificar a apresentação de cada projeto de lei, a partir de duas categorias: segurança pública e saúde. Verificou-se que o termo utilizado na ementa do projeto de lei, Cannabis ou maconha, pode ser entendido como um atalho para seu conteúdo, já que o primeiro aparecia associado à saúde, enquanto o segundo à segurança pública. O que se pode observar é uma espécie de conversão discursiva da planta, que parece ser a chave para entender o deslocamento da ênfase em segurança pública para o foco em saúde pública, que ganha força a partir da demanda pela regulação do uso medicinal.

**Palavras-chave:** Proibicionismo; Maconha; Cannabis; Câmara dos Deputados; Projetos de lei.

## Between health and public safety: disputes in the legislative regulation of Cannabis/marijuana in Brazil

### ABSTRACT

The article analyses the legislative production on marijuana/Cannabis in the Brazilian Chamber of Deputies, with the aim of verifying the arguments behind the bills on the plant. A census of propositions was carried out, considering the period between 1988 and 2024, and an analysis of the content of selected documents. The different arguments used by the legislators to justify the proposal were classified into two categories: public safety and health. It was found that the term used in the title of the bill, Cannabis or marijuana, can be understood as a shortcut to its content, since the former seems to be associated with health, while the latter with public safety. What can be observed is a kind of discursive transformation of the plant, which seems to be the key to understanding the shift from an emphasis on public safety to a focus on public health, which is gaining strength as a result of the demand for regulation of medicinal use.

**Keywords:** Prohibitionism; Marijuana; Cannabis; Chamber of Deputies; Legislative bills.

## Entre la salud y la seguridad pública: disputas en la regulación legislativa del Cannabis/marihuana en Brasil

### RESUMEN

El artículo analiza la producción legislativa sobre el marijuana/Cannabis para verificar los argumentos que sustentan los proyectos de ley relativos a la planta. Se realizó un censo de proposiciones presentadas en la Cámara de Diputados brasileña, entre 1988 y 2024, y un análisis del contenido de las proposiciones seleccionadas. Los diferentes argumentos utilizados por los legisladores para justificar la propuesta se clasificaron en dos categorías: seguridad pública y salud. Se constató que el término utilizado en el título de la propuesta de ley, Cannabis o marihuana, puede interpretarse como una forma abreviada de referirse a su contenido, ya que el primero se asoció a la salud, mientras que el segundo a la seguridad pública. Lo que se observa es una especie de conversión discursiva de la planta que parece ser la clave para entender el cambio del énfasis en la seguridad pública al enfoque en la salud pública, que está cobrando fuerza como resultado de la demanda de regulación del uso medicinal.

**Palabras clave:** Prohibicionismo; Marihuana; Cannabis; Cámara de Diputados; Proyectos de ley.

## Introdução

O debate sobre a regulação da *Cannabis sativa spp.* tem despertado atenção dos poderes da República, mobilizados pelas demandas relacionadas a seu uso medicinal ou terapêutico, atualmente autorizado pelos poderes Executivo (via resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Judiciário (através da concessão de *habeas corpus* preventivo para pacientes, familiares e associações) e por iniciativas subnacionais (Rezende e Rosa, 2023). Destaca-se a atuação do poder Judiciário, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou, em junho de 2024, pela despenalização do porte de até 40 gramas de maconha para uso pessoal (Recurso Extraordinário 653659), enquanto o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou em novembro do mesmo ano a importação de sementes para o cultivo com fins industriais e medicinais. A apreciação do RE 635659 pelo STF ensejou reações do poder Legislativo, tendo sido aprovada no Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2023, que constitucionaliza a criminalização de todas as drogas. A PEC está em tramitação na Câmara dos Deputados. Esse cenário aponta para a omissão do Legislativo nacional no processo de regulação da planta, observado na não regulamentação de dispositivos da Lei de Drogas, como a definição de critérios objetivos para a diferenciação entre usuários e traficantes, o que teve consequências deletérias para a segurança pública brasileira, como o encarceramento em massa que seletivamente tem como alvo pessoas negras e pobres (Boiteux; Pádua, 2013; Campos, 2019; Ferrugem, 2019). Essa omissão também pode ser notada na paralisação da tramitação do projeto de lei 399/2015, que tem como objetivo dispor “sobre o marco regulatório da *Cannabis spp.* no Brasil”.

Nesse contexto, o artigo analisa a produção legislativa sobre a planta na Câmara dos Deputados com o objetivo de verificar os argumentos que fundamentam os projetos de lei, considerando especificamente o eixo saúde/segurança pública, predominantes no debate sobre o tema, historicamente (Morais; Silva, 2023; Brandão, 2014a; 2014b; Brandão; Fraga; Policarpo; Rezende, 2024; Fraga, 2007). Para tanto, o texto está organizado em cinco seções. Na próxima seção, discutimos a emergência do proibicionismo como abordagem de regulação de substâncias no Brasil e sua plasticidade (Silva; Zilli; Souza, 2024) e os ciclos de atenção dedicados à planta no país, de forma a caracterizar o contexto em que se inserem os projetos de lei analisados. Em seguida, apresentamos o desenho empírico do artigo, que se baseou em pesquisa documental no site da Câmara dos Deputados, para a identificação de projetos de lei que tratassem da maconha/Cannabis, examinados segundo a técnica de análise de conteúdo. Na quarta

seção, discutimos os principais resultados da pesquisa, que mostram que o debate legislativo tem se movido no sentido da saúde pública quando se trata de projetos de lei sobre Cannabis, reforçando o foco na segurança pública quando se trata de maconha. Há ainda projetos que tratam de formas de regulação alternativas ao proibicionismo, emergindo argumento relativo à garantia de liberdade individual, além dos temas de saúde e segurança. Entretanto, como apontada na conclusão, essa diferenciação entre maconha e Cannabis, apesar de movimentar o debate sobre sua regulação, pode terminar por reforçar o modelo proibicionista, ao tratar de formas distintas a mesma planta (Rezende; Fraga; Sol, 2022; Caetano, 2023b).

## **Produção legislativa sobre Cannabis/maconha em contexto proibicionista**

O uso da planta foi documentado no Brasil desde a colonização, relacionado a ações da Coroa Portuguesa voltadas à sua produção e beneficiamento e ao cultivo promovido por pessoas escravizadas e europeus residentes na colônia. Apesar disso, a Cannabis foi proibida no país mesmo antes dos tratados das Nações Unidas terem avançado uma abordagem proibicionista em meados do século XX (Brandão, 2014a; 2014b). Segundo Fiore (2012), o proibicionismo é uma perspectiva a partir da qual os Estados regulam substâncias classificadas como drogas. Segundo o autor, esse paradigma é orientado por duas premissas: 1) o consumo de drogas é uma prática prescindível e danosa, o que justifica sua proibição pelo Estado; 2) a forma ideal do Estado para combater as drogas é criminalizar sua circulação e seu consumo<sup>1</sup>. Ainda no século XIX, foi aprovada legislação subnacional com o objetivo de limitar a venda e uso da planta no Rio de Janeiro (1830), em Santos (1870) e em Campinas (1876), iniciativa que precederam a inclusão da *Cannabis sativa* na classificação internacional de entorpecentes da Liga das Nações, em 1925.

Elisaldo Carlini (2006, p. 316), citando Guido Fonseca (1980), aponta que “[a] proibição total do plantio, cultura, colheita e exploração da maconha em todo território nacional, ocorreu em 25/11/1938, pelo Decreto-Lei no 891 do Governo Federal”. O viés proibicionista foi então reforçado pela adesão do Brasil a tratados internacionais, como a Convenção Única sobre Entorpecentes em 1961, regulamentada pelo decreto 54216/1964. Essa normativa dividiu as drogas em listas e definiu substâncias alvo do

---

<sup>1</sup> Para uma discussão detalhada sobre como se formulou e conformou o proibicionismo nos Estados Unidos, berço dessa abordagem, bem como seus efeitos na América Latina, ver Paulo Fraga (2007).

proibicionismo, uma delas sendo a maconha. Dessa forma, o Estado define quais substâncias são “drogas”, cujo uso é danoso e criminaliza sua circulação e seu consumo<sup>2</sup>. Nessa chave interpretativa, é possível compreender por que a maconha e todas as outras substâncias classificadas como “drogas” são tratadas de forma genérica em grande parte das proposições legislativas sobre o tema, mesmo que sua composição e efeitos sejam diferentes. Considerando esse cenário, Dayana Moraes e Martinho Silva (2023) analisaram historicamente a inserção da planta no Sistema Internacional de Controle de Drogas (SICD), apontando que sua regulação priorizou a dimensão do controle penal ou criminal: “A priorização de setores policiais e penais no SICD é evidente, recorrendo à saúde apenas para consulta e comprometendo-se com a repressão. Embora o argumento, tanto para proibir, quanto para regular, seja a proteção à saúde, o SICD está focado na repressão de substâncias” (Moraes; Silva, 2023, p. 39).

Nesse sentido, a análise da produção legislativa sobre maconha/Cannabis e do processo de regulação em curso no Brasil deve se ancorar em uma contextualização dos processos relativos à criminalização da planta e à emergência da abordagem proibicionista nos cenários nacional e internacional. Já que essa fundamenta o debate público e as iniciativas legislativas em curso no país desde o século XIX. José Guilherme Magalhães Silva, Luís Felipe Zilli e Letícia Godinho de Souza (2024) afirmam que a consolidação do proibicionismo no Brasil esteve alinhada à regulação internacional, argumentando que esse se conformou como uma ideia convergente com uma cultura política autoritária, racista e classista:

É preciso ter clareza, no entanto, que tal processo nunca disse respeito somente à questão das drogas e seus efeitos sobre a esfera da saúde pública. Sobretudo no Brasil, o proibicionismo sempre ajudou a compor o quadro ideacional que, historicamente, se encarregou de justificar e sustentar estratégias de controle social e político de segmentos populacionais marginalizados. Daí o debate público localizar o tema das drogas quase sempre na esfera narrativa da Segurança Pública (Silva; Zilli; Souza, 2024, p. 21).

Silva, Zilli e Souza (2024) analisaram 131 normas nacionais, elaboradas entre 1921 e 2021, para avaliar a resiliência do proibicionismo como ideia, preservando seus elementos fundamentais ao longo do tempo. Tal análise permitiria operar como instituição, fornecendo um quadro de referência para comportamentos e para os debates

---

<sup>2</sup> Ver Fraga (2007) e Moraes e Silva (2023) para uma discussão sobre a conformação desse sistema internacional.

e políticas sobre substâncias psicoativas: “uma ideia resiliente é, por definição, flexível e maleável, sendo capaz de se adaptar a pressões externas. Em alguns contextos, ideias resilientes coexistem com ideias opostas, permanecendo como a abordagem ou filosofia moral dominante” (Silva; Zilli; Souza, 2024, p. 5). Sua resiliência foi atestada pelos autores a partir de três características: continuidade ao longo do tempo, proeminência sobre ideias alternativas e sobrevivência a despeito de falhas.

Quanto à primeira característica, Silva, Zilli e Souza (2024, p. 6–7) observaram quatro ideias-força presentes nos documentos analisados: repressão, criminalização, criação de aparato institucional para implementar a política de drogas e previsão de abordagens voltadas à saúde. Essa última indicando um “o constante trânsito da temática das drogas entre as esferas da saúde e da segurança pública”, que “é um reflexo do confronto de ideias nesse campo discursivo”. Os autores verificaram, além disso, que há iniciativas legais voltadas à descriminalização das drogas, mas essas são marginais ou ineficazes, como apontam os efeitos perversos da Lei de Drogas vigente no país (lei 11343/2006). Assim também ocorre com as iniciativas que visam aproximar o debate do campo da saúde, que terminam por serem “colonizadas por ideários típicos do campo da Segurança Pública”. Finalmente, os autores observaram a manutenção do proibicionismo mesmo diante de pesquisas que o avaliaram negativamente, apontando sua mobilização como mecanismo de controle de populações marginalizadas, sua ineficácia no que se refere ao combate ao abuso de substâncias classificadas como drogas e ao tráfico de drogas, o encarceramento em massa e os custos elevados da proibição.

Essa análise explicita o caráter estrutural do proibicionismo, que se constitui como uma espécie de mentalidade ou *ethos*, influenciando cabalmente as iniciativas estatais de regulação, ultrapassando, assim, a dimensão legislativa ou regulatória (Veríssimo, 2023). Entretanto, é preciso considerar que, apesar de resiliente, o proibicionismo não esgota as possibilidades de emergência de outras abordagens ou a conformação de sociabilidades a partir de outros princípios, como apontam Brandão (2014a; 2014b) e Brandão, Fraga, Policarpo e Rezende (2024), a respeito dos ciclos de atenção à maconha no Brasil. O argumento dos autores é que “as transações com a maconha constituem um problema de longa duração no Brasil” (Brandão; Fraga; Policarpo; Rezende, 2024, p. 2), ensejando a emergência de ciclos de atenção que podem coexistir e se influenciar mutuamente. Sinteticamente, o primeiro ciclo se caracteriza pela predominância de interesses econômicos associados à planta, ainda no período colonial, relacionado ao beneficiamento das fibras de cânhamo para a produção têxtil. Esse ciclo declina com a substituição do cânhamo por outras espécies, ensejando a emergência do que os autores chamam de “ciclo

médico-científico”. Esse se caracteriza pelos debates relacionados aos efeitos da maconha para a saúde humana, organizando-se em dois polos: como remédio e como substância que levaria ao vício e à degradação. Essa tensão culminou com a criminalização da planta e das camadas populacionais associadas a seu uso, o que abriu espaço para um novo ciclo, o de lei e ordem. Por fim, Brandão (2014a; 2014b) aponta a emergência do ciclo antiproibicionista, caracterizado pela demanda por outras formas de regulação da maconha, pautadas pela proteção das liberdades individuais e pelo surgimento de novos atores, como as Marchas da Maconha (Brandão, 2020; Castro, 2017) e associações canábicas (Rodrigues; Lopes; Mourão, 2024), e agendas, como a demanda pela regulação do uso medicinal da planta:

podemos afirmar que na contemporaneidade brasileira todas as características que deram origem aos diferentes ciclos de atenção em relação à maconha nacional continuam operantes. A renovação das hipóteses de benefícios terapêuticos, econômicos e sociais contribuiu para consolidar o mais recente dos ciclos que estudamos e apresentamos sob a denominação antiproibicionista (Brandão; Fraga; Policarpo; Rezende, 2024, p. 9).

A coexistência dos ciclos de atenção explicita sua influência mútua e permite analisar de forma mais aprofundada a atividade legislativa voltada à regulação da maconha no Brasil. Como apontado por Brandão, Fraga, Policarpo e Rezende (2024), o contexto recente de emergência de demandas por Cannabis medicinal reforça o ciclo antiproibicionista, seja a partir de um ativismo que reforça o tema da liberdade individual, como esfera de não interferência do Estado, ou como demanda por participação nos processos de tomada de decisão, tendo como central a categoria de usuário responsável (Corbelle, 2015). Ou a partir de um neotivismo canábico organizado a partir das noções de saúde, dignidade e necessidade (Policarpo; Martins, 2019; Mourão, 2024; Mourão; Rezende, 2024), que termina por reconfigurar o debate moral a respeito da planta<sup>3</sup>.

Entretanto, a demanda por regulação da Cannabis medicinal parece se ancorar em um dualismo que, se por um lado, abre margem para a regulamentação do uso medicinal da planta, garantindo inclusive o acesso a produtos dela derivados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como nos casos do estado de São Paulo e em Búzios (RJ), por outro, pode terminar por reforçar estigmas associados ao uso social ou adulto, ainda criminalizado,

---

<sup>3</sup> O filme “Illegal: a vida não espera” é um importante marco nesse sentido (Azize; Silva, 2015; Castro, 2023). Ele pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=c-jhJY6Q3ro>. Acesso em: 26 nov. 2024.

como se se tratasse de duas plantas diferentes. Essa dualidade é reforçada e reposta no debate público pela contraposição entre Cannabis e maconha, CBD e THC, medicinal e recreativo, remédio e droga, saúde e dependência, que terminam por implicar no par legal e ilegal (Rezende; Fraga; Sol, 2022; Barbosa, 2023; Caetano, 2023a; 2023b). As formas de nomeação da planta, portanto, repõem essa dualidade, como apontado por Luciana Barbosa (2023), ao explicitar a centralidade das práticas de nomeação, que organizam a forma como interpretamos o mundo:

Esses termos [cannabis e maconha, CBD e THC] constroem um arcabouço moral, teórico e jurídico que distingue de tal maneira os objetos em questão (a planta e os medicamentos com ela elaborados) a ponto de ser possível isolar os usos medicinais de todo o contexto político e histórico no qual a cannabis foi inscrita no último século. [...] Podemos pensar como a diversidade de nomes utilizados para se referir a um mesmo objeto também influencia na construção do contexto que o nomeador deseja acionar em sua explanação. Se a planta é a mesma, a diferença entre maconha, cannabis, cannabis medicinal é a intenção do uso e os contextos morais e políticos que acionam (Barbosa, 2023, p. 93–94).

Como apontado por Barbosa (2023), as práticas de nomeação revelam intenções e contextos morais, ou seja, os termos utilizados no debate público podem ser compreendidos como chaves para se entender as posições dos atores com relação à planta, bem como o que supõem ser a melhor forma de regulá-la. Trata-se, portanto, de uma prática política, carregada de conteúdo simbólico, que se desdobra em diferentes práticas regulatórias. Hellen Caetano (2023a, p. 117–118) identifica que essa dualidade está presente também na produção científica:

‘A controvérsia pública em torno dos lugares controversos ocupados pela Cannabis/maconha como “droga” e “medicamento” também parece impactar na produção de conhecimento sobre tais substâncias. Em nossa análise dos dados, os artigos científicos consultados se separaram de duas maneiras distintas: 55 deles discutiam o uso de maconha como uma “droga”, enquanto os outros 77 discutiam seu potencial terapêutico, principalmente do canabidiol. São poucos os trabalhos que, em alguma medida, conseguem perpassar os dois tipos de uso. [...] É válido ressaltar que, quando se fala sobre maconha, há uma ênfase em seus efeitos psicoativos. Essa ênfase é acompanhada de alertas e precauções sobre os riscos e malefícios dos usos dessa substância. O uso da palavra maconha e de suas variações, como marijuana, é feito, na maioria das vezes, nos artigos que tratam de tais substâncias como “droga”.

Barbosa (2023) e Caetano (2023a) observam que a mobilização do termo Cannabis, ou, ainda, a separação entre canabidiol e Cannabis podem ser entendidas como estratégias



políticas para avançar o processo de regulação, o que aponta para uma conversão discursiva da planta, que passa de droga para medicamento, em uma espécie de purificação que permitiria aventar outras formas de regulação alternativas à criminalização. A tentativa de separar o canabidiol da Cannabis identificada por Caetano (2023b) ou ainda as dúvidas de usuários medicinais em primeiro contato com a planta, que questionavam se o que manipulariam para extrair o óleo medicinal seria o mesmo que é tratado como droga e criminalizado, descritas por Barbosa (2023), indicam estratégias de separação entre droga e remédio, o que permitiria sua conversão em remédio, em um processo que passa também por distanciar o debate sobre uso medicinal da planta e a discussão sobre política de drogas, extraindo, discursivamente, o mal, o perigo, o ilegal.

Esse elemento é central para se entender a regulação legislativa e a aprovação do PL 399/2015 na Câmara dos Deputados. Projeto de lei que cumpriu o percurso de tramitação até ser aprovado em comissão especial, distante, pois, dos demais projetos de lei de caráter antiproibicionista, caracterizados pela inércia (Silva; Zilli; Souza, 2024). Esse processo pode ainda ser identificado nos debates realizados nas audiências públicas organizadas pela Câmara dos Deputados para discutir a maconha/Cannabis. Rezende, Fraga e Sol (2022) verificaram que, a partir da discussão sobre uso medicinal, o caráter punitivista dos debates cede espaço para uma pluralização dos temas tratados, incluindo cultivo, beneficiamento e comercialização da planta para fins medicinais e industriais, apesar da resiliência da abordagem “lei e ordem” (Silva; Zilli; Souza, 2024), achado que reforça o argumento de Brandão (2014a; 2014b) e Brandão, Fraga, Policarpo e Rezende (2024) sobre a coexistência de distintos ciclos de atenção à maconha no Brasil.

A partir de revisão narrativa de artigos que se voltaram à questão da regulação legislativa da planta (Cavalcante; Oliveira, 2020), uma primeira observação a ser feita, quando se analisa a literatura sobre o tema, é que há poucas produções que tratam especificamente da atividade legislativa voltada à Cannabis/maconha, a maioria das pesquisas se dedicando ao tema “drogas”. Os artigos analisados e apresentados a seguir apontam para esse quadro, que pode ser tomado como um dos efeitos do proibicionismo — tratar de forma genérica e indiscriminada substâncias classificadas como drogas — como apontado anteriormente. Isso começa a se alterar quando é pautada a questão do uso medicinal da Cannabis/maconha, que ganha relevância no debate legislativo na Câmara dos Deputados a partir de meados dos anos 2010, contexto em que a regulação da planta sofre um inflexão, seja pelo reforço do ativismo canábico (Corbelle, 2015) ou pela emergência da demanda pela regulação do uso medicinal (Brandão; Fraga; Policarpo;

Rezende, 2024; Mourão, 2024; Mourão; Rezende, 2024), o que pode ser identificado também nos dados coletados e analisados no presente artigo.

Nesse sentido, um consenso presente na literatura discutida a seguir é a predominância de proposições legislativas de caráter punitivista e criminalizante em matéria de política de drogas, muitas delas voltadas ao recrudescimento da legislação vigente, o que reforça o argumento de Silva, Zilli e Souza (2024), relativo à resiliência do proibicionismo, a despeito da emergência de novos temas e atores que conformam ciclos de atenção relacionados à saúde, à economia e ao antiproibicionismo. Pode-se considerar que a manutenção dessa abordagem não se deve ao seu sucesso em termos de indicadores como redução do consumo, produção ou comércio de drogas, mas devido à sua plasticidade, capaz de absorver e limitar alternativas na medida em que converge com características da cultura política brasileira, como o racismo estrutural, como já apontado por Silva, Zilli e Souza (2024).

Ivan Pricken De Bem, Maria Célia Delduque e José Agenor Álvares Silva (2016) analisaram projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, projetos de lei complementar e medidas provisórias que tramitaram no Congresso Nacional entre 2011 e 2014, voltados aos temas álcool, tabaco e drogas. Das 170 proposições analisadas, a maioria se voltou ao álcool (38,6%) e ao tabaco (12,29), tendo a maconha sido tematizada residualmente (1,1%). Vê-se que as drogas consideradas lícitas são aquelas que recebem maior atenção dos legisladores. Os autores verificaram que a produção legislativa sobre o tema no período analisado não trata de forma adequada do direito à saúde constitucionalmente garantido, estando ainda em descompasso com as ações do Executivo.

Nara Benedetti Nicolau Brum e Leonardo Augusto de Andrade Barbosa (2018) analisaram projetos de lei, projetos de lei complementar, propostas de emenda à constituição, medidas provisórias e projetos de lei de conversão apresentadas no Congresso Nacional nos anos de 1999, 2003, 2007, 2011 e 2015 (primeiros anos das legislaturas) que tratavam dos temas drogas, narcóticos, entorpecentes, maconha e cocaína, identificando 658 proposições, das quais 110 tinham como foco usuários de drogas, que foram analisadas detidamente. Como resultados, apontam que há predominância de propostas voltadas à manutenção do proibicionismo, entretanto, explicitam que “a principal forma de combate identificada entre as proposições se caracterizou por métodos simplistas ou conformadores” (Brum; Barbosa, 2018, p. 85), em sua maioria direcionados a ações de prevenção e educação e à responsabilização de

motoristas que estivessem dirigindo sob influência de substâncias classificadas como droga. Identificaram ainda que os temas da saúde e segurança pública possuem relevância mais retórica que prática na produção legislativa analisada, o que pode se relacionar com o caráter moral da política de drogas, limitando sua ancoragem em evidências científicas (Fiore, 2018). Esse caráter foi reforçado após a promulgação da lei 11343/2006.

Essa lei, que estabelece a política de drogas vigente no Brasil, é bastante limitada, apesar dos avanços relacionados à despenalização de usuários de drogas. Como argumenta Marcelo da Silveira Campos (2019), a lei estabeleceu duas dimensões, uma punitiva e criminalizadora para os comerciantes de drogas ilícitas e uma dimensão médico-social-preventiva para os usuários. Uma das conclusões do autor é que um dos objetivos centrais para a emergência de uma nova lei de drogas foi uma abordagem “menos punitiva” e mais preventiva, agora focada, pelo menos em tese, na “saúde” do usuário de drogas. Mais uma vez, o par saúde e segurança parece organizar o debate sobre o tema.

No entanto, Marcelo da Silveira Campos e Marcos César Alvarez (2017, p. 68) destacam que essa política pode ser analisada a partir de uma metáfora: “é como se tal dispositivo se apresentasse como um copo, cuja metade representada pelos aspectos médico-preventivos estaria esvaziada, ao passo que a outra metade, punitiva, estaria cheia de pena de prisão”. Considerando o caráter hierárquico da justiça criminal, convergindo, portanto, com Silva, Zilli e Souza (2024) ao retomar aspectos estruturais da sociedade brasileira, os autores afirmam que, no cotidiano de aplicação da lei, terminam por prevalecerem práticas criminalizantes, voltadas ao controle de grupos populacionais específicos. Ou seja, uma inovação legislativa, qual seja, a distinção entre usuário de drogas e traficante, e a previsão da despenalização do primeiro, sofreu alterações na sua implementação (Grillo; Policarpo; Veríssimo, 2011), o que garantiu não apenas a manutenção de práticas anteriores à lei, mas teve como consequência o encarceramento em massa.

Os limites da lei 11343/2006 têm recebido atenção. Luciana Boiteux e João Pádua (2013) e Boiteux (2010) também destacam o caráter criminalizador da legislação vigente. Boiteux e Pádua (2013) destacam a desproporcionalidade da lei de drogas, em termos abstratos (relativa à escala legal e ao aumento da pena para crime de tráfico, em comparação com outras condutas tipificadas) e concretos (considerando os custos humanos e econômicos da lei, que produziu encarceramento em massa de grupos populacionais específicos). Boiteux (2010) aponta para o estado de insegurança jurídica produzido pela lei vigente, que não apresenta critérios objetivos para distinção entre

usuário e traficante, além de criminalizar a pobreza, elemento relacionado à desproporcionalidade concreta. Esses aspectos são reforçados por Marcelo Campos e Frederico Policarpo (2020), que argumentam que, apesar do enfoque inicial em saúde pública na lei de drogas, esse convive com um viés punitivista predominante, característico da legislação sobre o tema desde a Constituição de 1988, período que pode ser alargado, considerando a análise de Silva, Zilli e Souza (2024).

Essa dualidade, saúde *versus* segurança também foi identificada por Silva e Delduque (2015), a partir de análise de proposições legislativas sobre drogas entre 2007 e 2010. Os autores apontam que “[a] penalização se dirige ao uso e à distribuição de drogas, inclusive das consideradas lícitas, enquanto a patologização diz respeito exclusivamente ao uso” (Silva; Delduque, 2015, p. 245). A dimensão da politização, relacionada a questões de justiça e equidade ou à garantia de direitos, não foi observada, segundo os autores, o que aponta para uma cruzada moral em curso no país.

Entretanto, como apontado anteriormente, há uma inflexão moral no debate público sobre o tema a partir da dimensão medicinal de algumas substâncias classificadas como drogas (Policarpo; Martins, 2019; Rezende; Fraga; Sol, 2022, Mourão; Rezende, 2024), que se amplia para além da dimensão da liberdade negativa (voltada aos limites da atuação Estado frente aos direitos do indivíduo), passando a tratar também da dimensão da necessidade (Policarpo; Martins, 2019; Mourão; Rezende, 2024), atrelada à demanda por acesso a produtos que garantiriam o direito à saúde. Esse processo pode também ser identificado no debate legislativo, como aponta Mauricio Fiore (2016), que verificou que 68% dos deputados se posicionaram contrariamente à criminalização de usuários de drogas. Com relação à maconha, 54% apoiavam a criminalização do comércio e posse, mas a posição favorável à regulação do uso médico da maconha se mostrou mais disseminada que a regulação em geral, já que mais de 80% dos deputados se mostraram favorável a essa possibilidade.

Rezende, Fraga e Sol (2022) analisaram as audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados para debater o projeto de lei 399/2015 que, inicialmente, tinha como objetivo regular o fornecimento de produtos derivados de Cannabis para fins medicinais. As autoras verificaram que há uma polarização do debate entre saúde e segurança, explicitado pela referência à planta a partir dos termos Cannabis (remédio) e maconha (droga). Nesse sentido, o debate legislativo parece avançar na questão medicinal, às custas de maior recrudescimento da dimensão punitiva, cujo epítome é a PEC 45/2023

apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), que constitucionaliza o proibicionismo<sup>4</sup>. Como apontam as autoras:

[...] é preciso atentar para o que parece ser uma condição necessária para se avançar em termos de políticas de drogas mais liberalizantes, que é a de oferecer como contrapartida o reforço do caráter repressivo e punitivo da política proibicionista no que se refere a usos que ultrapassem o caráter terapêutico, assim como o ocorrido com a Lei 11.343/2006, em que a despenalização do porte para consumo próprio foi acompanhada de recrudescimento da punição do tráfico, sem contudo, haver qualquer critério mais objetivo que permitisse distinguir de forma menos nebulosa as duas categorias (Rezende; Fraga; Sol, 2022, p. 458).

Diante disso, cabe investigar como o poder Legislativo, mais especificamente a Câmara dos Deputados, vêm atuando sobre o tema, analisando especificamente os projetos de lei que tratam da maconha/Cannabis. A análise da atividade legislativa é central, porque essa pode ser entendida como um empreendimento moral, com o objetivo de criar “um fragmento da constituição moral da sociedade, seu código de certo e errado” (Becker, 2008, p. 151). Considerando o exposto nessa seção, pode-se argumentar que o “certo” ou aceitável moralmente, na análise aqui desenvolvida, aproxima-se do uso medicinal e do tratamento da planta como Cannabis ou como remédio, enquanto o “errado” ou moralmente condenável se aproximaria do uso adulto ou social, da abordagem da planta como maconha ou droga, o que implicaria em medidas relacionadas à segurança pública, com objetivo de controle social e manutenção da ordem.

## Dados e métodos

Como afirma Caetano (2023c, p. 176), “o debate sobre a Cannabis é singular e complexifica as formas de lidar com substâncias no Brasil”. Nesse sentido, é relevante analisar os projetos de lei que tratam especificamente da planta. Assim, foi realizado um censo das proposições legislativas sobre Cannabis e maconha na Câmara dos Deputados, considerando o período entre 1988 e 2024<sup>5</sup>, e uma análise do conteúdo de proposições selecionadas a partir dos dados levantados no referido censo. A fonte de dados foi o sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. Os projetos de lei foram pesquisados a partir das palavras-chave “maconha” e/ou “Cannabis”. Foram consideradas apenas as proposições

<sup>4</sup> Chama atenção sua aprovação célere no Senado e na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara dos Deputados, Casa em que a tramitação do PL 399/2015 se encontra paralisada, aguardando deliberação de seu presidente sobre recursos formais contrários à sua aprovação em junho de 2023.

<sup>5</sup> Pesquisa realizada no site da Câmara dos Deputados em 25 jun. 2024.

que continham os termos de busca na ementa, de forma a selecionar aquelas que tratassem especificamente da planta e não do termo genérico “droga”. Isso garantiu uma análise mais específica da maconha/Cannabis.

No resultado, foram identificados 114 projetos de lei com a palavra-chave maconha. Desses, somente seis continham o termo na ementa, mas um deles data de 1965, período anterior à lei de drogas e à Constituição vigente e por isso foi excluído. Dois dos PLs identificados nessa busca também continham o termo Cannabis. Com a palavra-chave Cannabis, havia 27 projetos de lei, nove apresentaram o termo em sua ementa e outros três mencionavam os termos canabidiol e canabinóides. Esses foram mantidos, porque seu objetivo é regular o uso medicinal da Cannabis, ainda que pareça haver um esforço por parte dos autores de diferenciar a planta das substâncias que a compõem, como uma espécie de purificação, capaz de separar a droga do remédio, como apontado por Caetano (2023a), por exemplo. O volume de proposições identificado a partir dos termos de busca já dá uma dimensão do conteúdo do debate, se retomamos o argumento de Barbosa (2023) de que as formas de nomear explicitam intenções e valores de quem nomeia. Nesse sentido, destaca-se que as proposições com o termo maconha somam quatro vezes o número de proposições com o termo Cannabis, indicando uma predominância de abordagem ancorada na segurança pública e em estratégias de criminalização. Entretanto, essa percepção deve ser avaliada com mais detalhes, o que será feito na próxima seção.

Comparando os resultados das buscas com os dois termos, foi possível perceber que onze dos doze projetos de lei sobre Cannabis também estavam no banco de dados gerados a partir da busca com a palavra-chave maconha, com exceção do PL 3435/2023, o que indica que no sistema de buscas da Câmara dos Deputados, maconha, Cannabis e canabinóides/canabidiol são sinônimos, ou seja, a indexação dos projetos de lei feita pela Casa considera que se trata da mesma planta ou do mesmo objeto. Além disso, dois projetos de lei foram identificados nas duas buscas, os PLs 7187/2014 e 573/2021, por conterem os dois termos na ementa. O total de PLs analisados foi, então, 16.

No corpus textual, foram incluídas as justificativas dos PLs, já que permitem captar o entendimento do legislador e as razões para apresentação da proposição. A análise de conteúdo permite conhecer os valores, opiniões, sentimentos e representações de atores sociais acerca de um tema ou situação (Bardin, 2016). Esse método possibilita, pois, descrever, analisar e interpretar as proposições legislativas, na medida em que se volta: ao tipo de texto analisados e a seu conteúdo manifesto (mensagem); às suas condições de produção (contexto); à caracterização de parlamentares, considerando variáveis

sociodemográficas e políticas (fontes) e os fundamentos e efeitos das mensagens emitidas através dos discursos.

No caso dos projetos de lei, foram categorizados os diferentes argumentos utilizados por legisladores para justificar a apresentação da proposição, a partir de duas categorias, segurança pública e saúde, considerando a literatura apresentada, que indica que esse é um par recorrente no debate sobre o tema. A categoria segurança pública aponta para argumentos relativos à criminalização, violência, crime organizado e tráfico de drogas. A categoria saúde contempla aqueles relacionados ao direito à saúde, redução de danos, usos medicinal, terapêutico e/ou veterinário da planta. Posteriormente, foram comparadas as alegações utilizadas nos PLs que traziam os termos maconha e Cannabis nas ementas, com o objetivo de avaliar se as ênfases mudam de acordo com os diferentes enquadramentos da planta, tendo em mente o argumento de Barbosa (2023, p. 94), de que “a diversidade de nomes utilizados para se referir a um mesmo objeto também influencia na construção do contexto que o nomeador deseja acionar em sua explanação”.

## Resultados e discussão

Foram identificados 16 projetos de lei que continham os termos Cannabis ou maconha em sua ementa, de forma que tratassem especificamente dessa planta. O Quadro 1 informa os PLs analisados por termo de busca, ano de apresentação e status de tramitação.

Termo de busca	Projeto de lei	Ano	Partido do autor	Status
Maconha	158	2015	PV	Apensado ao PL 7187/2014 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA
	1133	2019	PATRI	Apensado ao PL 3508/2004 - Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
	1022	2023	PL	Devolvido pela Mesa Diretora, com base no artigo 137, § 1º, inciso II, alínea "b", do RICD, com base no art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal
Cannabis	7270	2014	PSOL	Apensado ao PL 7187/2014 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA
	399	2015	PSD	Aguardando deliberação de recurso

	10549	2018	PT	Apensado ao PL 7270/2014 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA
	369	2021	PODE	Apensado ao PL 399/2015 - Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
	1485	2021	PT	Apensado ao PL 10549/2018 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA
	3790	2021	PSD	Apensado ao PL 10549/2018 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA
	481	2023	REPUBLIC	Aguardando Deliberação na Comissão de Saúde
	1735	2023	PP	Apensado ao PL 481/2023 - Aguardando Deliberação na Comissão de Saúde
	2127	2023	PSD	Apensado ao PL 481/2023 - Aguardando Deliberação na Comissão de Saúde
	3160	2023	UNIÃO	Apensado ao PL 10549/2018 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA
	3435	2023	PDT	Apensado ao PL 481/2023 - Aguardando Deliberação na Comissão de Saúde
<b>Maconha e Cannabis</b>	7187	2014	PV	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA
	573	2021	DEM	Apensado ao PL 7270/2014 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA

Quadro 1: Projetos de lei analisados, segundo termo de busca, ano e status. Fonte: Câmara dos Deputados.

O debate legislativo sobre o tema ganhou fôlego recente, havendo projetos de lei apresentados a partir de 2014, marco que converge com a reconfiguração do ativismo canábico (Corbelle, 2015; Mourão; Rezende, 2024) ou com o reforço do ciclo antiproibicionista (Brandão; Fraga; Policarpo; Rezende, 2024). Além disso, como aponta Caetano (2023c), esse marco converge com o aumento do número de demandas pela regulamentação do canabidiol, que ensejou a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a publicação de resoluções voltadas à regulação do que viria a ser chamado de “produtos de Cannabis”. O ano de 2023 foi o aquele em que mais foram apresentados projetos sobre o tema, seis, sendo um com o termo maconha e os demais com o termo Cannabis, o que indica que a palavra Cannabis tem ganhado mais centralidade que o termo maconha no debate legislativo, o que pode estar relacionado com as mobilizações em torno da regulação do uso medicinal da planta.



Considerando que ambos os termos, Cannabis e maconha, referem-se à mesma planta, isso pode indicar um processo de conversão da maconha, que deixaria de ser tratada apenas como droga (maconha, THC) e passaria a ser tratada também como remédio (Cannabis, CDB). Uma espécie de purificação, que permitiria uma regulação alternativa à criminalização, restrito, no entanto, a um uso específico da mesma planta considerada droga no caso de outros usos, que permaneceriam tipificados como crime, a exemplo do que foi apontado por Barbosa (2023), Caetano (2023a) e Rezende, Fraga e Sol (2022). Importante observar ainda que, quando se destaca os projetos de lei que contêm os termos Cannabis e/ou maconha na ementa, o que se observou no primeiro resultado de buscas, em que o volume de proposições que mencionam o termo maconha superava em quatro vezes aqueles com o termo Cannabis, inverte-se. Ou seja, nas proposições que tratam especificamente da planta em questão (ao trazer os termos de busca em sua ementa), o maior número de proposições mobiliza a palavra Cannabis, o que remete à dimensão medicinal ou terapêutica.

Ademais, vê-se que, apesar de todos os projetos identificados estarem ativos (ou seja, não foram arquivados, rejeitados ou retirados pelo autor) estão em estado de inércia ou espera, aguardando alguma deliberação do presidente da Mesa Diretora que os faça movimentar pelas etapas do processo legislativo. O único projeto que avançou em termos de tramitação foi o PL 399/2015, que chegou a ser aprovado em Comissão Especial, o que o levaria diretamente ao Senado para tramitar naquela Casa, mas foi obstruído pela apresentação de dois recursos à Mesa Diretora, por parte de deputados contrários ao projeto e membros da bancada evangélica, contestando questões formais, relativas ao trâmite adotado. Os recursos ainda não foram apreciados pelo presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP/AL), que já se manifestou publicamente não ter interesse em fazê-lo, como aceno a grupos conservadores<sup>6</sup>.

Passando para a apresentação das proposições, o PL 158/2015 foi proposto pelo deputado Roberto de Lucena (PV/SP) e tem como objetivo “excluir a exigência de autorização judicial e da presença do Ministério Público, para considerar como droga ilícita a maconha, a cocaína, o crack e o ecstasy, não passíveis de liberação para o consumo” (Brasil, 2015, p.1). Observa-se que o PL faz referência a outras substâncias classificadas como drogas além da maconha, não sendo, pois, voltado especificamente para a regulação

---

<sup>6</sup> O avanço na tramitação do PL 399/2015 pode ser entendido considerando a organização do processo decisório no Brasil e a tensão entre os poderes Executivo e Legislativo durante os mandatos de Jair Bolsonaro e Rodrigo Maia, presidente da República e presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados respectivamente, já que o PL desagradava o Executivo e sua base de apoio na Câmara.

da planta, tratando diferentes substâncias, com diferentes efeitos psicoativos e terapêuticos, sob a rubrica genérica de drogas. Já o PL 1133/2019, de autoria do deputado Pastor Eurico (PATRI/PE), tem como objetivo alterar a Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira para incluir no currículo o tema “conscientização sobre os malefícios da maconha” a partir do 5º ano do ensino fundamental, convergindo com os achados de Brum e Barbosa (2018), de que as medidas propostas legislativas apresentadas na Câmara dos Deputados se concentram em ações de educação e prevenção. O PL 1022/2023, que teve como autor o deputado Jefferson Campos (PL/SP) propõe proibir a “realização de manifestações, protestos, eventos e atos favoráveis à legalização e regulamentação do comércio do uso de maconha”<sup>7</sup> (Brasil, 2023, p.1).

Dentre os três PLs que trazem o termo maconha nas ementas, apenas esse último aponta em sua justificativa somente a segurança pública, os demais enfatizando a proteção da saúde pública como justificativa para a criminalização, o que pode ser considerado uma replicação das premissas proibicionistas apresentadas na Introdução: o uso de drogas faz mal à saúde e a melhor forma de combater seu uso é pela via da criminalização, argumento identificado por Moraes e Silva (2023) como central na criação do SICD. Essa aproximação também remete à discussão sobre os ciclos de atenção à droga (Brandão, 2014a; 2014b; Brandão; Fraga; Policarpo; Rezende, 2024), em que o ciclo médico-científico culminou na emergência do ciclo lei ordem, e de sua coexistência ou à resiliência do proibicionismo, que atua como uma chave interpretativa do tema (Silva; Zilli; Souza, 2024).

Quanto às justificativas mobilizadas pelos autores dos PLs que continham o termo maconha em suas ementas, em todos eles houve menção a outras substâncias classificadas como drogas, como cocaína, crack e ecstasy, dinâmica que pode ser atribuída à política proibicionista e à forma genérica como substâncias classificadas como drogas são tratadas nessa abordagem. No que se refere aos argumentos para justificá-los, esses variam entre as duas categorias. No caso do PL 158/2015, há argumentos que trazem questões de segurança pública (“[o]utro dado interessante não deixa dúvidas quanto a relação das drogas com os crimes praticados por menores viciados”, Brasil, 2015, p. 3), mas predominam os argumentos baseados na defesa da saúde pública: “Muito mais do que um problema pessoal, as drogas são um problema social e de saúde pública, que devemos combater de todas as formas possíveis”. Entretanto, trata-se de um caso exemplar de

---

<sup>7</sup> Cabe observar que o PL 1022/2023 é inconstitucional, indo de encontro à deliberação do STF no julgamento da ADPF 187 em 2011, que considerou que a proibição de eventos como a Marcha da Maconha fere os direitos de liberdade de expressão, manifestação e reunião.

argumento proibicionista, como apontado anteriormente, visto que, apesar de reconhecer que se trata de questão de saúde pública, a solução apresentada pelo autor é reforçar a proibição: “Acredito que a solução mais razoável para reverter essa triste realidade que assombra as famílias brasileiras é considerar definitivamente ilícita e, portanto, não passível de serem legalizadas, aquelas drogas mais populares entre os jovens” (Brasil, 2015, p. 2).

A justificativa do PL 1133/2019 se baseia em argumentos de saúde pública, indicando artigos em revistas especializadas de forma genérica, que apontam riscos advindos do consumo de maconha, como síndrome amotivacional, psicose e depressão. Não há, no entanto, diferenciação entre uso e abuso de maconha, questão também levantada por Brum e Barbosa (2018) e Silva e Delduque (2015), que remete mais uma vez a uma abordagem proibicionista que considera que todo e qualquer uso de substâncias classificadas como drogas causa dano, necessariamente, e a uma estratégia de patologização do consumo de substâncias (Silva; Delduque, 2015). Finalmente, o PL 1022/2023 se baseia unicamente em argumentos de segurança pública: “A sociedade brasileira sofre de um problema há muito relatado nos estudos sobre a criminalidade violenta que é o consumo de drogas ilícitas que fazem uso aqueles que cometem tais ilícitos” (Brasil, 2023, p.2).

Com relação aos PLs que trazem os dois termos na ementa, temos o PL 7187/2014 de autoria do deputado Eurico Júnior (PV/RJ) que se volta à regulação da maconha, incluindo os usos medicinal, científico, industrial, tratando ainda o uso de Cannabis psicoativa para consumo pessoal não medicinal nos termos do projeto, ou seja, visando regular também o uso social ou adulto da planta. O PL 573/2021 tem autoria de Igor Kannário (DEM/BA) e vai na mesma direção, já que visa regular o consumo pessoal de maconha. Ambos, pois, se voltam a uma tentativa de regulação alternativa ao proibicionismo, ou seja, visando a descriminalização do uso pessoal da planta, além de regulamentar outros tipos de uso, como no caso do PL7187/2014<sup>8</sup>.

Os argumentos que justificam sua apresentação partem de críticas à política proibicionista: no caso do PL 7187/2017, é citado um documento elaborado por membro da Executiva do Partido Verde, André Fraga, que afirma que “os piores danos do uso da maconha advêm do seu status ilícito. Mudar a forma como é feita a política de drogas ajudaria a evitar o desenvolvimento de estruturas criminosas e violentas associadas ao tráfico”. Já o PL 573/2021 argumenta que a criminalização da maconha é inconstitucional

---

<sup>8</sup> Esse último estabelece, inclusive, o limite de 40g de Cannabis psicoativa para uso pessoal, quantidade que converge com o definido recentemente pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário 635659.

pois fere a liberdade individual: “Nesse cenário, mostrar-se-ia inconstitucional punir alguém por mutilar a si mesmo, não gerando dano a outrem” (Brasil, 2021, p. 5).

Essa inflexão no teor dos PLs incluídos na amostra fica mais evidente quando se passa à análise daqueles que trazem o termo *Cannabis* em sua ementa. Todos os PLs dessa natureza se voltam para a regulação dos usos medicinal, veterinário, industrial ou científico da planta. O PL 7270/2014, de autoria do deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) “[r]egula a produção, a industrialização e a comercialização de *Cannabis*, derivados e produtos de *Cannabis*” (Brasil, 2014, p. 1), considerando os usos adulto, medicinal, científico e industrial da planta, propondo um marco jurídico para legalização da planta. O PL 10549/2018 tem como autor o deputado Paulo Teixeira (PT/SP) e propõe controlar, fiscalizar e regulamentar o uso da *Cannabis* e derivados, considerando os usos medicinal, pessoal, científico e industrial. Já o PL 1485/2021, de autoria do deputado Valmir Assunção (PT/BA), tem como objetivo autorizar que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e as universidades federais cultivarem a planta para fins medicinais ou científicos. O PL 3435/2023, proposto pelo deputado Marcos Tavares (PDT/RJ), “[i]nstitui o Programa de Aquisição e Distribuição de *Cannabis* Medicinal pelas Farmácias das Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal e pela rede privada conveniada ao SUS” (Brasil, 2023, p. 1). O PL 3160/2023, de autoria do deputado Kim Kataguiri (UNIÃO/SP), propõe regular o cultivo caseiro e a extração artesanal do óleo de *Cannabis* para fins medicinais, exclusivamente.

Já os PLs 369/2021, de autoria do deputado Bacelar (PODE/BA) e 3790/2021, de autoria do deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD/PR), visam regular o uso veterinário da planta. Finalmente há três PLs que informam os termos *canabinóides* e *canabidiol* em suas ementas e visam regular o fornecimento de medicamentos à base de *canabidiol* e outros *canabinóides* pelo sistema de saúde pública e privada. São eles: o PL 481/2023, de autoria do deputado Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO); o 1735/2023, de autoria do deputado Marx Beltrão (PP/AL); e o PL 2127/2023, proposto pelo deputado Daniel Soranz (PSD/RJ). A menção aos *canabinóides* pode se revelar também como uma estratégia de conversão discursiva ou purificação da planta, “eliminando” (pelo menos em termos do debate público) seus potenciais efeitos psicoativos ou, como aponta Caetano (2023a, p. 120), “[a] ênfase dada parece buscar afastar esse derivado de qualquer aproximação com usos vistos como menos qualificados ou não aceitos moralmente”. Observa-se ainda que apenas dois projetos de lei sobre *Cannabis* incluem o uso social ou adulto, os demais restringindo-se aos usos medicinal, veterinário e industrial.

Quanto aos argumentos mobilizados nas justificativas desses PLs, predominam aqueles relacionados à saúde pública, especialmente nos sete projetos voltados à regulação do uso medicinal da planta e nos dois que tratam do uso veterinário (grifos nossos):

**Apesar de atualmente essa planta ser classificada como droga** para efeitos penais, as suas propriedades medicinais continuam a existir e deveriam ser adequadamente exploradas. [...] Por isso, **o uso abusivo e inadequado de determinadas substâncias não deveria excluir, de forma absoluta, a exploração do potencial benéfico de plantas consideradas drogas**, como vem ocorrendo com a Cannabis (Brasil, PL 399/2015, p. 3).

[...] tendo em vista os evidentes benefícios que a aplicação de medicamentos de “Cannabis” tem revelado para a **melhoria da qualidade de vida e melhor tratamento** de animais, **mas também os aspectos de cautela que são necessários na prescrição e dosagem desses medicamentos**, bem assim dos efeitos adversos ou não esperados que o uso de produtos sem procedência definida ou de baixa qualidade podem resultar, percebe-se a urgente necessidade de se regular o setor (Brasil, PL 369/2021, p. 3).

[...] considerando o **benefício que as medidas sugeridas poderão trazer aos milhares de pacientes que precisam da medicação produzida com Cannabis sativa** com o desenvolvimento de novas fórmulas (Brasil, PL 1485/2021, p. 3).

Pesquisas com medicamentos veterinários à base de canabidiol (CBD) têm evidenciado **significativa redução da dor e de melhoria da qualidade de vida** de animais com osteoartrose, sem a manifestação de efeitos secundários indesejados (Brasil, PL 3790/2021, p. 3).

Trata-se, no caso concreto, de **direito à saúde**, constitucionalmente assegurado, sendo pacífico o entendimento dos tribunais de que é possível o tratamento com medicamentos derivados do canabidiol (Brasil, PL 481/2023, p. 5).

[...] a medida aqui proposta contribui para a **garantia da saúde** de brasileiros, que traz esperança de **qualidade de vida** de tantas famílias (Brasil, PL1735/2023, p. 9).

[...] é fundamental conceder **tratamento adequado**, quando necessário, a pacientes que sofrem dessas doenças e adequar a temática do uso da Cannabis medicinal, no âmbito do Sistema Único de Saúde, aos padrões mais modernos e referências internacionais (Brasil, PL 2127/2023, p. 3-4).

A Constituição Federal dispõe que: “**Saúde direito de todos e dever do Estado**”. Em outras palavras, esses cidadãos brasileiros têm o direito de buscar uma **via para o seu tratamento de saúde** (Brasil, PL 3160/2023, p. 6).

[...] é necessário superar os preconceitos e a falta de informação, para que seja possível atingir o máximo de pessoas que possuem as doenças com uso do canabidiol indicado, e proporcioná-los um **tratamento rápido, além de uma vida digna e saudável** (Brasil, PL 3435/2023, p. 4).

Os termos mobilizados nos projetos que trazem a palavra Cannabis refletem a já mencionada inflexão no debate público, em que se ressalta o uso medicinal com o objetivo de garantir direitos, tratamento adequado, qualidade de vida e dignidade (Policarpo; Martins, 2019; Mourão; Rezende, 2024). Não se trata, pois, de garantir liberdade para que os indivíduos façam suas escolhas com relação ao uso da planta, mas de garantir o direito à saúde, apesar de sua classificação penal como droga.

Dois PLs, 7270/2014 e 10549/2018, tratam do estabelecimento de regulação alternativa ao proibicionismo e trazem outros argumentos além daqueles referidos à saúde, mas enfatiza também os temas da segurança pública e da liberdade individual (grifos nossos):

Quase toda a população consome álcool, mas nem toda a população é alcoólatra! Da mesma forma, os usuários recreativos de maconha, cocaína, ecstasy ou qualquer outra droga **devem ter sua liberdade respeitada**: se alguém tem o direito de “encher a cara” num bar ou em casa, também tem o direito de fumar um “baseado”. **Isso está dentro da liberdade individual**, e a pessoa deve estar consciente dos danos que aquela droga pode causar (Brasil PL7270/2014, p. 47-48).

**A regulação da “cannabis” deve ser analisada sob a perspectiva da saúde e da segurança públicas, e também das liberdades individuais.** [...] Há de se preservar o direito individual ao uso de “cannabis” para o tratamento de enfermidades. [...] Da mesma forma deve ser tratado o uso pessoal da “cannabis” e de outras drogas. [...] O Estado somente deve intervir se o uso pessoal venha a ocasionar danos à saúde pública. O disciplinamento do uso da “cannabis” e de outras drogas no Brasil é igualmente importante para se direcionar os recursos materiais e humanos da segurança pública, hoje já escassos e sucateados, para o efetivo combate ao narcotráfico, colocando-se o foco da repressão criminal exclusivamente no traficante, e não no usuário (Brasil, PL 10549/2018, p. 13).

É possível afirmar, a partir da leitura das ementas e da análise do conteúdo das proposições, que a conversão da planta, que passa de maconha/droga a Cannabis/remédio, fica mais evidente na análise do conteúdo das proposições. Predominam nos projetos de lei que trazem o termo Cannabis, ou os termos maconha e Cannabis nas ementas, argumentos voltados à saúde pública, como a garantia do direito constitucional à saúde. Há, ainda, a menção à liberdade individual como limite à atuação do Estado, argumento fundamentado na concepção liberal de liberdade, pensada como não interferência do Estado. Aponta-se a necessidade de o poder legislativo regular os usos da planta e não proibir, ainda que a ênfase seja na dimensão medicinal. Essa abordagem difere bastante dos projetos de lei que mencionam apenas o termo maconha, em que prevalece a ênfase proibicionista e a estratégia de criminalização da planta e de

seus usuários, mesmo quando a justificativa da proposição se refere também à saúde pública.

Como apontado por Rezende, Fraga e Sol (2022) e Caetano (2023b), esse processo parece ser condição para que o debate sobre política de drogas e mais especificamente sobre regulação da maconha/Cannabis avance, sob o risco de manutenção do modelo proibicionista e de escamoteamento do debate sobre os custos da guerra às drogas e sobre as consequências injustas e desproporcionais dessa manutenção. Assim, o debate parece avançar nos moldes identificados por Campos e Alvarez (2017), em que o que se tem é um copo meio cheio de prisão e meio vazio de saúde. Esse paradoxo é também apontado por Caetano (2023b, p. 21), que afirma que:

[...] [e]nquanto o uso terapêutico parece se construir como único uso legítimo de fato, todas as medidas regulatórias são tomadas nesse sentido, invisibilizando outras parcelas da população, sobretudo a negra, que continua sofrendo cotidianamente com a política de drogas ineficaz do Brasil (Borges, 2018).

Esse cenário aponta, por um lado, para a resiliência do proibicionismo (Silva; Zilli; Souza, 2024) que, para se manter, parece se ancorar na atribuição de diferentes estatutos para a mesma planta, ora tomada como remédio, ora como droga, ou na tentativa de isolar compostos específicos, em que há não identificação de efeitos psicoativos, de forma a justificar a manutenção de políticas punitivistas. Essas têm como objetivo o controle social de populações negras e pobres, mas apontam também para a convivência entre diferentes ciclos de atenção à planta, com reforço da abordagem antiproibicionista a partir das possibilidades de uso medicinal, veterinário e industrial da *Cannabis sativa* spp.

Por outro lado, reforça o argumento de Brandão (2014a; 2014b) e Brandão, Fraga, Policarpo e Rezende (2024), de que os diversos ciclos de atenção à maconha continuam “ativos”, o que implica em uma pluralização do debate sobre o tema, ampliando-o para além da dimensão “lei e ordem”, o que também foi observado por Rezende, Fraga e Sol (2022). Resta saber, pois, como esses influenciarão o processo de regulação em curso e em que medida os argumentos a respeito dos usos medicinal/terapêutico/veterinário e industrial, bem como o antiproibicionismo ancorado na defesa das liberdades individuais, serão capazes de tencionar a ênfase na segurança pública e criminalização ainda prevalecente na regulação legislativa da planta no Brasil.

## Considerações finais

Nesse artigo, foram analisados 16 projetos de lei sobre Cannabis/maconha em tramitação na Câmara dos Deputados brasileira propostos entre 1988 e 2024. O objetivo foi verificar os argumentos que fundamentam os projetos de lei sobre a planta, considerando o eixo saúde/segurança pública, historicamente relevantes no que se refere à conformação de políticas regulatórias. Como resultados da análise de conteúdo das justificativas apresentadas aos projetos de lei, verificou-se que, aqueles que continham a palavra-chave maconha na ementa, pautam-se em argumentos que remetem à saúde e segurança pública. Mas, mesmo nos casos em que esses tratavam de garantia à saúde, a criminalização foi proposta como abordagem mais adequada, explicitando sua fundamentação na perspectiva proibicionista. Além disso, mesmo quando alegam ter como objetivo proteger a saúde pública, essas proposições o fazem a partir de uma abordagem patologizante (Silva; Delduque, 2015). Já as proposições que citam Cannabis ou Cannabis e maconha na ementa, tiveram como argumento predominante questões de saúde pública. Foram mencionados argumentos relativos à saúde pública, mas que apontavam as consequências deletérias do modelo proibicionista, além de mobilizarem o tema da liberdade individual e dos limites da ação do Estado, indicando uma ampliação do debate.

O deslocamento observado do maior número de proposições específicas sobre a planta se voltarem à regulação da Cannabis. O que destoa dos números quando se verifica as proposições que tratam da planta como droga, que utilizam o termo maconha. Dessa forma, aponta-se para uma estratégia de conversão da droga (maconha) em remédio (Cannabis ou canabidiol) como necessária para que a regulação legislativa avance, nos moldes do que foi identificado no processo regulatório ocorrido no âmbito do poder Executivo, mais especificamente no da Anvisa (Caetano, 2023b). Essa conversão discursiva da planta, por um lado, já apontada por Barbosa (2023) e Caetano (2023a; 2023b; 2023c) parece ser a chave para entender o deslocamento da ênfase em segurança pública e criminalização para o foco em saúde pública, como se fosse não apenas possível, mas desejável, controlar a própria planta, ao se tentar eliminar suas propriedades psicoativas.

Por outro lado, essa diferenciação pode culminar em desigualdade, na medida em que distintos usos da mesma planta ganham conotações e classificações variadas pela legislação, o que pode terminar por reforçar a desproporcionalidade concreta identificada por Boiteux e Pádua (2013), em que a distinção entre droga e remédio pode depender



menos da substância em questão e mais do perfil de quem a porta, em termos de classe, raça e gênero. Isso também reforça a resiliência do proibicionismo (Silva; Zilli; Souza, 2024), já que essa separação entre droga e remédio pode garantir sua longevidade como abordagem regulatória, a despeito da sua ineficácia no que se refere ao enfrentamento de problemas como dependência/abuso e comércio ilegal de drogas. Assim, o cenário atual de omissão legislativa na regulação dos diferentes usos da planta e as reações do Legislativo nacional frente ao avanço de formas de regulação mais liberalizantes, como aquelas avançadas pelo Judiciário, implica em um estado de coisas marcado pela insegurança jurídica e pelo descumprimento de direitos constitucionalmente garantidos.

## Referências

AZIZE, Rogério Lopes; SILVA, Martinho Braga. *Penalização e politização das drogas no documentário “Ilegal: A vida não espera”*. In: Encontro Anual da Anpocs, 39., 2015, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: Hotel Glória, 2015.

BARBOSA, Luciana. “A cura começa no momento em que estou regando minhas sementes”: os medicamentos artesanais à base de maconha produzidos por pacientes da Fundação Daya-Chile. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 25, n. 1, p. 89–111, 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOITEUX, Luciana. Breves considerações sobre a política de drogas brasileira atual e as possibilidades de descriminalização. *Boletim Ibccrim*, v. 18, n. 217, p. 16, 2010.

BOITEUX, Luciana; PADUA, João. P. *A desproporcionalidade da Lei de Drogas: os custos humanos e econômicos da atual política no Brasil*. Rio de Janeiro: TNI, 2013.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. O “problema público” da maconha no Brasil: Anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, p. 703–740, 2014a.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. Ciclos de atenção à maconha no Brasil. *Revista da Biologia*, v. 13, n. 1, p. 1–10, 2014b.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. Do lugar de maconheiro ao corredor dos movimentos sociais: a Marcha da Maconha em Recife. *Teoria e Cultura*, v. 15, n. 2, p. 74–91, 2020.

BRANDÃO, Marcílio Dantas; FRAGA, Paulo; POLICARPO, Frederico; REZENDE, Daniela Leandro. Continuidade da atenção cíclica à maconha no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 39, p. e39009, 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 7187, de 25 de fevereiro de 2014*. Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (cannabis sativa) e seus derivados, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606843#:~:text=Ementa%3A%20Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condutas,23%20de%20agosto%20de%202006>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 7270, de 19 de março de 2014*. Regula a produção, a industrialização e a comercialização de Cannabis, derivados e produtos de Cannabis, dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, cria o Conselho Nacional de Assessoria, Pesquisa e Avaliação para as Políticas sobre Drogas, altera as leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 8.072, de 25 de julho de 1990, e 9.294, de 15 de julho de 1999 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2350629>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 158, de 03 de fevereiro de 2015*. Altera a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para excluir a exigência de autorização judicial e da presença do Ministério Público, para considerar como droga ilícita a maconha, a cocaína, o crack e o ecstasy, não passíveis de liberação para o consumo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=945672>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 399, de 23 de fevereiro de 2015*. Altera o art. 2º da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=947642>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 10549, de 10 de julho de 2018*. Disciplina o controle, a fiscalização e a regulamentação do uso da "cannabis" e de seus derivados e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2181385#:~:text=PL%2010549%2F2018%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Disciplina%20o%20controle%2C%20a%20fiscaliza%C3%A7%C3%A3o,Lei%20n%C2%BA%2011.343%2C%20de%202006>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1133, de 26 de fevereiro de 2019*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB, para incluir no currículo escolar o tema "conscientização sobre os malefícios da maconha". Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193129>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 369, de 10 de fevereiro de 2021*. Dispõe sobre a aplicação de “Cannabis sativa” e seus derivados na medicina veterinária. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2269908#:~:text=PL%20369%2F2021%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20de,seus%20derivados%20na%20medicina%20veterin%C3%A1ria.&text=Crit%C3%A9rio%2C%20fabrica%C3%A7%C3%A3o%2C%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%2C%20prescri%C3%A7%C3%A3o,maconha%2C%20destina%C3%A7%C3%A3o%2C%20Medicina%20veterin%C3%A1ria>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 573, de 24 de fevereiro de 2021*. Dispõe sobre as condutas de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal CANNABIS SATIVUM, popularmente conhecida como “maconha”, alterando a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2270815#:~:text=PL%20573%2F2021%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condutas%20de,23%20de%20agosto%20de%202006>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1485, de 20 de abril de 2021*. Altera a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, para autorizar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e as universidades federais a implementarem o plantio, a cultura e a colheita, do vegetal denominado Cannabis sativa, exclusivamente para fins medicinais ou científicos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2278709>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 3790, de 28 de outubro de 2021*. Autoriza a prescrição, manipulação, distribuição, importação, exportação e comercialização de produtos industrializados e/ou manipulados destinados à medicina veterinária que contenham princípios ativos derivados vegetais ou fitofármacos da Cannabis <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2304874#:~:text=PL%203790%2F2021%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Autori%20a%20prescri%C3%A7%C3%A3o%2C%20manipula%C3%A7%C3%A3o%2C%20distribu%C3%A7%C3%A3o,importa%C3%A7%C3%A3o,exporta%C3%A7%C3%A3o,comercializa%C3%A7%C3%A3o>

20distribui%C3%A7%C3%A3o,vegetais%20ou%20fitof%C3%A1rmacos%20da%20Cannabis. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 481, de 13 de fevereiro de 2023*. Institui a Política Nacional de Fornecimento Gratuito de Medicamentos Formulados de Derivado Vegetal à Base de Canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocannabinol, nas unidades de saúde públicas e privadas conveniadas ao Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2348626>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1022, de 08 de março de 2023*. Dispõe sobre a proibição de realização de manifestações, protestos, eventos e atos favoráveis à legalização e regulamentação do comércio do uso de maconha. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2350629>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1735, de 10 de abril de 2023*. Institui a política federal de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocannabinol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2355301#:~:text=Institui%20a%20pol%C3%ADtica%20federal%20de,p%C3%BAblica%20estadual%20e%20privada%20conveniada>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2127, de 25 de abril de 2023*. Institui a Política Nacional de fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, em associação com outras substâncias canabinóides, incluindo o tetrahydrocannabinol, em caráter de excepcionalidade pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2358142#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,p%C3%BAblica%20estadual%20e%20privada%20conveniada>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 3160, de 20 de junho de 2023*. Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, e dá outras providências, para dispor sobre o cultivo caseiro e a extração artesanal de óleo de cannabis sativa exclusivamente para fins medicinais. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2370467>

[#:~:text=PL%203160%2F2023%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.343,sativa%20exclusivamente%20para%20fins%20medicinais.](#) Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 3435, de 05 de julho de 2023*. Institui o Programa de Aquisição e Distribuição de Cannabis Medicinal pelas Farmácias das Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal e pela rede privada conveniada ao SUS. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2372835#:~:text=PL%203435%2F2023%20Inteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Institui%20o%20Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o,rede%20privada%20conveniada%20ao%20SUS>. Acesso em: 03 fev. 2025.

BRUM, Nara Benedetti Nicolau; BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. O uso de drogas ilícitas em debate no Congresso Nacional: a orientação política dos parlamentares (1999–2015). *E-legis*, n. 25, p. 58–91, 2018.

CAETANO, Hellen. Entre eficácias e riscos: controvérsias em torno da cannabis no Brasil. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 25, n. 1, p. 112–133, 2023a.

CAETANO, Hellen. Seguindo controvérsias em procedimentos regulatórios: o caso da cannabis no Brasil (2014–2019). *Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 55, n. 1, e56112, 2023b.

CAETANO, Hellen. Controvérsias em torno da regulamentação sanitária de Cannabis no Brasil. In: POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos; MARTINS, Luana; MOTTA, Yuri. *Maconha: erva boa pra pensar*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023c. p. 171–196.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Pela metade: a lei de drogas no Brasil*. São Paulo: AnnaBlume, 2019.

CAMPOS, Marcelo da Silveira; ALVAREZ, Marcos César. Pela metade: implicações do dispositivo médico-criminal da “Nova” Lei de Drogas na cidade de São Paulo. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, p. 45–74, 2017.

CAMPOS, Marcelo da Silveira; POLICARPO, Frederico. Para além da descriminalização: reflexões sobre a política de drogas. *Teoria e Cultura*, v. 15, n. 2, p. 14–27, 2020.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 55, p. 314–317, 2006.

CASTRO, Marco Vinicius. A Marcha da Maconha no Brasil: uma possível luta por reconhecimento e inclusão. *CSOnline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, n. 25, p. 188–206, 2017.

CASTRO, Marco Vinicius de. Moralidades contra as normas: Desacordos morais e o uso medicinal da Cannabis no Brasil. In: FRAGA, Paulo; ROSA, Lilian; REZENDE,

Daniela (org.). *De maconha à Cannabis: Entre política, história e moralidades*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. p. 58–71. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nevidh/wp-content/uploads/sites/504/2018/06/DOC-20230805-WA0049-1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, v. 26, n. 1, p. 83–102, 2020. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167711682020000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682020000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 nov. 2024.

CORBELLE, Florencia. Activismo cannábico: nuevo actor social. *Voces en el Fénix*, n. 42, p. 102–109, 2015.

DE BEM, Ivan Pricken; DELDUQUE, Maria Célia; SILVA, José Agenor Álvares. Como pensam os parlamentares brasileiros sobre álcool, tabaco e drogas: Uma investigação no Congresso Nacional. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, n. 15, p. 45–52, 2016.

FERRUGEM, Daniela. *Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial*. Letramento, 2019.

FIORE, Mauricio. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 92, p. 9–21, 2012.

FIORE, Mauricio. *Relatório executivo da pesquisa sobre percepção dos parlamentares brasileiros sobre a política de drogas*. São Paulo: PBPD-Plataforma Brasileira de Política de Drogas, 2016.

FIORE, Mauricio. Escolhas morais e evidências científicas no debate sobre política de drogas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 18, p. 47–52, 2018.

FRAGA, Paulo César Pontes. A geopolítica das drogas na América Latina. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 19, p. 67–88, 2007.

GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERISSIMO, Marcos. A “dura” e o “desenrolo”: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 135–148, 2011.

MORAIS, Dayana R. D; SILVA, Martinho B. B. A cannabis na ONU: Políticas de drogas ou políticas de saúde? In: POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos; MARTINS, Luana; MOTTA, Yuri. *Maconha: erva boa pra pensar*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023. p. 23–42.

MOURÃO, Victor Luiz Alves. *A nova ciência canábica: controvérsias político-científicas e a canabização do humano*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2024.

MOURÃO, Victor Luiz Alves; REZENDE, Daniela. A Tragédia da maconha: Antígona, neoativismo canábico e a transformação do regime moral em mobilizações

antiproibicionistas. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 17, n. 2, p. e60826, 2024.

POLICARPO, Frederico; MARTINS, Luana. “Dignidade”, “doença” e “remédio”: uma análise da construção médico-jurídica da maconha medicinal. *Antropolítica—Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 47, p. 143–166, 2019.

REZENDE, Daniela Leandro; FRAGA, Paulo; SOL, Aruna. Audiências públicas sobre maconha/cannabis na Câmara dos Deputados brasileira, 1997–2020. *Opinião Pública*, v. 28, n. 2, p. 425–461, 2022.

REZENDE, Daniela; ROSA, Thamara. Regulação do uso medicinal de cannabis no Brasil em nível subnacional: análise de projetos de leis estaduais. In: *De maconha à cannabis: entre história, política e moralidades*. Juiz de Fora: Ed. UFJF/Aldeia, 2023. Pp. 150-167.

RODRIGUES, Ana Paula Lopes da Silva; LOPES, Ivonete da Silva; MOURÃO, Victor Luiz Alves. Sobre ativismos e conhecimentos: a experiência de associações canábicas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, p. e18462022, 2024.

SILVA, Martinho Braga; DELDUQUE, Maria Célia. Patologização e penalização do uso de drogas: uma análise socioantropológica de proposições legislativas (2007–2010). *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, p. 231–250, 2015.

SILVA, José Guilherme Magalhães; ZILLI, Luís Felipe; SOUZA, Letícia Godinho de. Da criminalização de substâncias à política de “guerra às drogas”: um século de proibicionismo no Brasil. *Revista Direito GV*, v. 20, p. e2418, 2024.

VERÍSSIMO, Marcos. Da subsistência à opulência: Notas sobre processos de regulamentação dos usos da maconha e seus derivados. In: POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos; MARTINS, Luana; MOTTA, Yuri. *Maconha: erva boa pra pensar*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023. p. 43–62.

Recebido em 30 de junho de 2024.

Aceito em 12 de janeiro de 2025.